



**Vila Verde**  
Município

# **PROGRAMA DE CONCURSO**

Procedimento por Concurso Público Internacional

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5452, NO ÂMBITO DO  
PROGRAMA DO BAIRRO COMERCIAL DIGITAL “VILA VERDE +  
DIGITAL”

**PA/91/2025**

Procedimento para concretização de ações previstas na Candidatura N.º 5452, com enquadramento nos avisos N.º 01/C16- i02/2022, de 11/03/2022 e N.º 12/C16-i02/2023, de 20/01/2023, publicados pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) e Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional



#### Cláusula 1.ª

##### **Objeto do concurso**

1 - O presente procedimento é identificado pela designação interna “AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5452, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DO BAIRRO COMERCIAL DIGITAL “VILA VERDE + DIGITAL”.

2 - O objeto do presente Concurso insere-se para efeito de classificação, conforme Vocabulário Comum para Contratos Públicos (CPV), no código 48400000-2 pacote de software para transações comerciais e pessoais, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de março de 2008.

#### Cláusula 2.ª

##### **Entidade pública contratante**

A entidade pública contratante é o Município de Vila Verde, sito na Praça do Município, 4730-733 Vila Verde, com o número de telefone 253 310 500, com o endereço eletrónico [geral@cm-vilaverde.pt](mailto:geral@cm-vilaverde.pt) e plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

#### Cláusula 3.ª

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi adotada pelo Vereador do pelouro da Educação, Ação Social e Desenvolvimento Económico, no uso de competências subdelegadas pela Sra. Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, através de despacho i/31767/2021/MVV, datado de 03/11/2021, publicado na II Série do Diário da República, em 11/11/2021, sob a designação “Despacho 11091/2021”.

#### Cláusula 4.ª

##### **Fundamento da escolha do concurso público internacional**

1 - O presente procedimento segue a forma de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo

20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

2 - O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 5.ª

##### **Fundamentação da Não Contratação Por Lotes**

1. Nos termos do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, a formação de contratos públicos de aquisição ou locação de bens, ou aquisição de serviços, de valor superior € 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, a decisão de não contratação por lotes deve ser fundamentada, constituindo fundamento, designadamente, as seguintes situações:

- a) Quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnicas ou funcionalmente incindíveis, ou, não o sendo, a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante;
- b) Quando, por motivos de urgência ou por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.

2. Atendendo ao disposto no número anterior, no presente procedimento não será efetuada a adjudicação por lotes.

3. No presente concurso, e atendendo ao facto de as prestações a abranger no respetivo objeto, serem funcionalmente incindíveis, ou a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, a gestão de um contrato único revela-se mais eficiente para a entidade adjudicante.

#### Cláusula 6.ª

##### **Consulta das peças do procedimento**

1 - As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica “Acingov” ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)) desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2 - As peças do concurso poderão ser ainda disponibilizadas para consulta, na Unidade de Contratação Pública deste Município, em dias úteis, entre as 8:30h e as 16:30h.

#### Cláusula 7.ª

##### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e poderão ser solicitados, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Os esclarecimentos serão prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos no número anterior serão disponibilizados na referida plataforma eletrónica de contratação pública.

#### Cláusula 8.ª

##### **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

- 1 - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 2 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas deverão ser prestados os esclarecimentos solicitados e haver pronúncia sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.
- 3 - Os pedidos de esclarecimentos ou a apresentação de lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, devem ser efetuados pelos interessados através da plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, no seguinte endereço eletrónico: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 4 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica indicada no número anterior, e juntos às peças do procedimento que se

encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.

5 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### Cláusula 9.ª

##### **Concorrentes**

1. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
- b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste concurso;

2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54.º do CCP.

3. Na situação prevista no número anterior e em caso de adjudicação, todos os membros do(s) agrupamento(s) concorrente(s), e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto – Lei nº 231/81, de 28 de julho.

#### Cláusula 10.ª

##### **Modalidade jurídica de associação de membros de agrupamentos**

1 - Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, conforme previsto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

3 - A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4 - No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de entidades, estas deverão associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

Clausula 11. <sup>a</sup>

**Preço base, Prazo máximo de instalação e Horas mínimas de para  
acompanhamento e implementação da Plataforma Marketplace junto dos  
comerciantes e gestor de bairro**

1 - O preço base, considerando-se este preço como sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela integralidade dos bens/serviços a adquirir/prestar é de **€ 450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil euros), a que acrescerá o IVA, se devido, à taxa legal em vigor.

2 - O preço base referido no número 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos qualquer que seja a sua natureza, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou quaisquer outras despesas.

3 - Os preços unitários adjudicados serão aplicáveis aos bens e serviços objeto do contrato, ficando vedada qualquer possibilidade de revisão de preços que implique qualquer acréscimo dos mesmos.

4 - O contrato terá sempre como limite, o preço contratual que resulta da parcela de bens e serviços por si sujeitos a adjudicação, sendo que os bens e serviços a pagar corresponderão apenas aos bens efetivamente entregues e aos serviços efetivamente prestados.

5 – O prazo máximo de instalação dos equipamento e prestação dos serviços do presente procedimento é de **120 dias**.

6 – Todas as propostas com um prazo de instalação dos equipamento e prestação dos serviços superior a **120 dias serão excluídas**.

7 – Os concorrentes devem garantir o mínimo de **250 horas** para acompanhamento e implementação da Plataforma Marketplace junto dos comerciantes e gestor de bairro.

8 – Todas as propostas com um número de horas para acompanhamento e implementação da Plataforma Marketplace junto dos comerciantes e gestor de bairro inferior a **250 horas serão excluídas**.

#### Clausula 12.ª

##### **Preço anormalmente baixo**

Serão consideradas propostas com preço anormalmente baixo, as propostas que apresentem o valor inferior a **70 % do preço base**. A necessidade de fixar um limiar a partir do qual se considera que a proposta apresenta preço anormalmente baixo, prende-se com o facto de uma proposta abaixo desse valor poder colocar em causa a boa execução dos serviços, bem como a qualidade da solução e equipamentos a fornecer.

#### Cláusula 13.ª

##### **Visitas aos locais**

1 - Os interessados que o requeiram poderão visitar os locais onde serão cumpridas as prestações contratuais, submetendo-se às regras e procedimentos de segurança vigentes nas mesmas.

2 - As visitas deverão ser solicitadas por escrito, pelos interessados, através da plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

3 - As visitas previstas no número anterior permitem a apreciação, “in loco”, pelos interessados, dos diversos equipamentos e condicionalismos em que decorre a prestação de bens e serviços a contratar, sendo da sua responsabilidade a eventual não consideração da situação existente para a elaboração da proposta.

#### Cláusula 14.ª

##### **Proposta**

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.

2. Todos os preços deverão ser expressos em euros, por extenso e em algarismos, e não indicarão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto. Em caso de divergência prevalece o preço indicado por extenso.
3. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
4. A proposta terá de ser apresentada na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
5. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando um certificado digital de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão caso tal não aconteça. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, terá de ser junto com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, para os efeitos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
6. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou pelo representante comum. No caso da proposta de um agrupamento ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, devem ser juntos à declaração os representante comuns, a declaração deve ser assinada por todos os membros do agrupamento ou respetivos representantes.
7. O envio das propostas é registado com referência às respetivas data e hora, sendo disponibilizado aos concorrentes o registo desse envio na plataforma eletrónica.
8. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos.
9. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado, podem retirá-las.
10. Os interessados que hajam retirado a sua proposta podem apresentar nova proposta dentro do mesmo prazo.
11. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.



**Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://espd.uzp.gov.pl/filter?lang=pt>, disponibilizado com o presente programa de Concurso, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
  - “Sou um operador económico”;
  - “Importar um DEUCP”;
  - “Carregar documento” - selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma de contratação pública;
  - Selecionar o país do concorrente;
  - Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante, ou seja, as partes II, III e VI;
  - No final, selecionar a opção “imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
- b. Extrato do Registo da Firma na Conservatória do Registo Comercial, onde constem as pessoas com poderes para obrigar a Sociedade;
- c. A declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo “RCBE”, de acordo com os artigos 36.º e 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto;
- d. Plano de trabalhos e cronograma, com todas as fases e respetivos prazos associados detalhados, inerente às soluções e instalação dos equipamentos;
- e. Memória descritiva que deverá incluir os modelos dos equipamentos a disponibilizar, as características técnicas das soluções de hardware e software a fornecer acompanhadas de fichas técnicas, manuais e certificações, quando aplicável;
- f. Declaração de compromisso em como o concorrente tem conhecimento da existência da Prova de Conceito, bem como dos requisitos e regras para

realização da mesma, conforme modelo constante no **Anexo VI** ao presente Programa;

- g. Documentos que contenham os atributos do preço da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, os quais devem ser expressos através dos **Anexo VII** do Programa do Concurso.
  - h. Documento que contenha o atributo do prazo que propõe para a instalação (disponibilização e configuração das soluções) de todos os equipamentos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, o qual deve ser expresso através do **Anexo IX** do Programa do Concurso.
  - i. Documento que contenha o atributo “horas” que propõe para o acompanhamento e implementação da Plataforma Marketplace junto dos comerciantes e gestor de bairro, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, o qual deve ser expresso através do **Anexo X** do Programa do Concurso
- 2.** No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta poderá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.
- 3.** Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.
- 4.** Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 16.<sup>a</sup>

#### **Requisitos da proposta**

A proposta deve ser redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre em letra datilografada ou processada informaticamente.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Classificação de Documentos da Proposta**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer à entidade adjudicante, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou limitação de acesso aos mesmos, na medida do estritamente necessário.
2. A decisão deve ser notificada aos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.<sup>o</sup> do CCP.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Prazo para apresentação das propostas**

- 1- O prazo para apresentação de propostas é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de envio do anúncio do concurso para publicação no Jornal Oficial da União Europeia, tendo como hora limite de entrega as 23 horas e 59 minutos do 30.<sup>o</sup> (trigésimo) dia, conforme previsto no n.º 1 do artigo 136.<sup>o</sup> do CCP, no seguinte endereço eletrónico: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 2 - Se o termo do prazo ocorrer num sábado, domingo ou feriado, tal termo transfere-se para as 23 horas e 59 minutos do primeiro dia útil seguinte.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Critério de adjudicação**

1 - A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de Multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores e subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, nos termos do definido no modelo de avaliação constante do **ANEXO V – Modelo de avaliação de propostas**, ao presente Programa, que dele faz parte integrante.

2 - É adjudicada a proposta à qual sejam atribuídos mais pontos (ou seja, que dispuser de maior "pontuação final"), numa escala de 0 a 100 pontos, de acordo com a aplicação da(s) fórmula(s) e/ou enquadramento da proposta num dos fatores constantes no número seguinte.

3 - A pontuação final é obtida através da soma, devidamente ponderada, de todos os pontos atribuídos à proposta em concreto, daqueles constantes do ANEXO V – Modelo de avaliação de propostas, que decorrerá da aplicação das fórmulas ou do enquadramento nos fatores ou subfactores aí referidos.

Fórmula de aplicação do critério:

$$\text{Pontuação Final} = (\text{FA} \times 0,60) + (\text{FB} \times 0,40).$$

Sendo que:

FA = FATOR A “Preço”

FB = FATOR B “Valia Técnica”

4 - Em caso de empate, o critério de desempate utilizado será o da maior pontuação obtida no fator preço (FA).

5 - Caso da aplicação do critério referido no número anterior subsista o empate, o critério de desempate será o sorteio, conduzido pelo júri na presença de representante das propostas concorrentes em situação de empate, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 dias úteis, por aviso emitido por mensagem da através de plataforma eletrónica.

6 - O sorteio efetuar-se-á com recurso a sacos opacos onde, num, serão depositadas etiquetas com a identificação das propostas em situação de empate e, noutro, etiquetas numeradas, com tantos números quanto os de propostas em situação de empate. Serão efetuadas extrações sucessivas, fazendo corresponder a uma proposta, uma etiqueta numerada, número que indicará a respetiva ordenação.

7 - O resultado do sorteio será consignado em ata, a assinar por todos os presentes no ato.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Prova de Conceito**

1 - Para garantir o correto funcionamento das soluções apresentadas será necessária a realização de uma prova de conceito na qual se demonstre o cumprimento dos requisitos presentes no ANEXO VIII – Grelha da Prova de Conceito.

2 - A realização da prova de conceito terá lugar nas instalações do Município de Vila Verde e será agendada entre o 5º e o 8º dia útil após a data-limite de apresentação de propostas, por todos os concorrentes cujas propostas não possam vir a ser excluídas por apresentação de preço superior ao preço base, ou por não apresentação dos documentos obrigatórios.

3 - Constitui fundamento de exclusão das propostas:

- a) A não comparência do concorrente na prova de conceito;
- b) A atribuição de 0 pontos em algum dos requisitos da prova de conceito, por se entender que não cumpre o caderno de encargos.

4 - Após realização da Prova de Conceito, o júri procederá à análise das propostas, para efeitos da sua admissão ou exclusão e, finalmente, procederá à sua avaliação em conformidade com o Anexo V deste programa do concurso.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Caução**

1. O valor da caução será de 5% do preço contratual.

2. A caução que venha a ser exigida terá de ser prestada a favor da entidade adjudicante.

#### Cláusula 24.<sup>a</sup>

##### **Modo de Prestação da Caução**

1 - O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias para prestar caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 2, do art.º 77.º e no artigo 91.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Deverá ser prestada caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5% do preço total do contrato e deve ser prestada:

a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pela entidade adjudicante nos termos do modelo constante do Anexo III ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;

b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante.

3 - Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4, do artigo 88.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### **Não Prestação da Caução e Caducidade da Adjudicação**

1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicatária não prestar, em tempo, e nos termos estabelecidos nas cláusulas anteriores, a caução que lhe seja exigida.

2 - No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

**Documentos de habilitação**

1 - O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos.
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do artigo 55.º, n.º 1, al. d), do CCP;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do artigo 55.º, n.º 1, al. e), do CCP;
- d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h), do n.º 1, do artigo 55.º, do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- f) Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE).

2 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento.

3 - Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.

4 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

#### Cláusula 27.ª

##### **Caducidade da Adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a. Nenhum candidato ou concorrente haja apresentado proposta;
- b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, assim o justifiquem.

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, devem ser notificados a todos os concorrentes.

#### Cláusula 28.ª

##### **Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.

2. A minuta do contrato e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.



Cláusula 29.<sup>a</sup>

**Reclamação contra a minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Cláusula 30.<sup>a</sup>

**Forma do Contrato e Despesas e Encargos Inerentes**

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - b) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
- 2 - O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - Entre a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária será celebrado um único contrato.
- 4 - Pela redução a escrito do contrato, todos os encargos, despesas e impostos, que tenham de ter lugar correm por conta da entidade adjudicatária, designadamente os emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, caso esta fiscalização prévia tenha lugar.
- 5 - O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

#### Cláusula 31.<sup>a</sup>

##### **Não outorga do contrato**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não assinar o contrato no prazo definido pela entidade adjudicante, bem como não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, e, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no nº4 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos;
2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no artigo 104º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

#### Cláusula 32.<sup>a</sup>

##### **Prevalência**

As normas do presente Programa do Concurso prevalecem sobre quaisquer indicações dos anúncios com elas desconformes.

#### Cláusula 33.<sup>a</sup>

##### **Comunicações e Notificações**

- 1 - Todas as comunicações e notificações a efetuar no âmbito do presente procedimento, entre a entidade adjudicante e os concorrentes, devem ser escritas e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 2 - Todas as comunicações e notificações a efetuar no âmbito do presente procedimento, entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, até ao momento da

assinatura do contrato, devem ser escritas e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

Cláusula 34.<sup>a</sup>

#### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso, observar-se-á o disposto na legislação nacional portuguesa, nomeadamente o previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as subsequentes alterações, e demais legislação complementar aplicável.

Cláusula 35.<sup>a</sup>

#### **Ajuste Direto**

Fica expressamente prevista a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de celebração de outros contratos que venham a revelar-se necessários e não especialmente previstos no contrato a celebrar decorrente do presente procedimento.

Cláusula 36.<sup>a</sup>

#### **Cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD)**

1 - Em conformidade com a recomendação constante do considerando 78.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que todos os dados pessoais a que a entidade adjudicatária tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento, que sejam objeto de tratamento, encontram fundamento de licitude no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, sendo aplicáveis todas as regras relativas à transparência e para o exercício dos direitos dos titulares dos dados.

2 - Os dados fornecidos serão conservados pelo prazo mínimo de 4 anos, a contar da data de celebração do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 107.º do Código dos Contratos Públicos.

O Vereador do pelouro da Educação, Ação Social e Desenvolvimento Económico da Câmara  
Municipal de Vila Verde,

---

(Manuel de Oliveira Lopes, Dr.)

ANEXO I – DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(a que se refere a cláusula 21.<sup>a</sup> do Programa de Concurso)

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em:

<https://espd.uzp.gov.pl/filter?lang=pt>

## ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO III – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

(a que se refere a cláusula 24.<sup>a</sup> do Programa de Concurso)

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida para \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

## ANEXO IV – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

(a que se refere a cláusula 24.ª do Programa de Concurso)

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (*adjudicatário*), vem o(a) \_\_\_\_\_ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



## ANEXO V – MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

(a que se refere a cláusula 21.<sup>a</sup> do Programa de Concurso)

### 1 - A fórmula de aplicação do critério é:

$$\text{Pontuação Final} = (FA \times 0,60) + (FB \times 0,40)$$

Sendo que:

FA = FATOR A “Preço”

FB = FATOR B “Valia técnica”

Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

### 2 - Cálculo do FATOR A – Preço

O FATOR A – Preço é obtido através da seguinte fórmula:

$$FA = 100 \times [(450.000,00 - Pp) / (450.000,00)]$$

Em que:

FA - Pontuação do Preço

Pp - Preço da proposta do concorrente

Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

### 3 - FATOR B – Valia técnica

Este fator tem em conta os seguintes subfatores:

Subfatores	Ponderação
B1 - Qualidade da Proposta	80%
B2 Prazo de instalação	20%

O Fator B – Valia técnica é obtido através da seguinte fórmula:

$$FB = (FB1 \times 0,80) + (FB2 \times 0,20)$$

Em que:

FB1 – Qualidade das Propostas

FB2 - Prazo de instalação

Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

#### 4 - Subfator FB1 - Qualidade das Propostas

Este subfator tem em conta os seguintes subfatores:

Critério de Avaliação do subfator FB1	Subcritério de Avaliação do subfator FB1	Pontuação a atribuir
<b>FB1.1 Plano de Trabalho para entrega das soluções e instalação dos equipamentos</b>	A proposta apresenta um <u>plano de trabalhos e cronograma exaustivo</u> , com todas as <u>fases e respetivos prazos associados detalhados</u> , inerente às <u>soluções e instalação dos equipamentos</u>	100
	A proposta apresenta um <u>cronograma de trabalhos</u> indicando as <u>fases e respetivos prazos associados detalhados</u> , inerente às <u>soluções e instalação dos equipamentos</u>	50
	A proposta apresenta apenas referência ao prazo de finalização (entrega das soluções e instalação dos equipamentos)	10
<b>FB1.2 Serviço de acompanhamento e implementação da solução “Marketplace” integrado na “Plataforma Digital do Bairro”</b>	A proposta apresentada cumpre os requisitos mínimos constantes no caderno de encargos, <u>propondo um número superior de horas em 100%</u> , referente ao acompanhamento e implementação junto dos comerciantes e gestor de bairro, detalhando a metodologia a adotar	100
	A proposta apresentada cumpre os requisitos mínimos constantes no caderno de encargos, <u>propondo um número superior de horas em 50%</u> , referente ao acompanhamento e implementação junto dos comerciantes e gestor de bairro, detalhando a metodologia a adotar	50
	A proposta apresentada cumpre os requisitos mínimos constantes no caderno de encargos, referente ao acompanhamento e implementação junto dos comerciantes e gestor de bairro, detalhando a metodologia a adotar	10

O Fator B1 – Valia técnica é obtido através da seguinte fórmula:

$$FB1 = (FB1.1 \times 0,40) + (B1.2 \times 0,60)$$

Em que:

**FB1.1** – Plano de Trabalho para entrega das soluções e instalação dos equipamentos

**FB1.2** - Serviço de acompanhamento e implementação da solução “Marketplace” integrado na “Plataforma Digital do Bairro”

Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

## **5 - Subfator FB2 – Prazo de instalação**

O subfator FB2 – Prazo de Instalação, traduz-se na avaliação do prazo de instalação (disponibilização e configuração das soluções) proposto pelo concorrente.

Cada proposta será classificada do seguinte modo:

$$FB2 = ((120 - PrazoProposto) / 120) \times 100$$

Em que:

**PrazoProposto** – Prazo proposto pelo concorrente para instalação (disponibilização e configuração das soluções).

Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

## ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO PROVA DE CONCEITO

(a que se refere a cláusula 15.ª do Programa de Concurso)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, estar devidamente informado relativamente ao teor e condições de realização da Prova de Conceito, a realizar e a avaliar, bem como que concorda com a gravação da mesma.

... (local), ... (data), ... [assinatura (2)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## ANEXO VII – MODELO DE PREÇO DA PROPOSTA

(a que se refere a cláusula 15.ª do Programa de Concurso)

Art.	Designação	Unid.	Quant. (A)	Preço Unitário (B)	Preço Total (C) = (A)x(B)
1.	Mobiliário Urbano	-----	-----	-----	-----
1.1	Mupi de uma face para implementação no exterior, de acordo com o previsto no artigo 33.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
1.2	Painel LED de grandes dimensões para Implementação no Exterior, de acordo com o previsto no artigo 34.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
1.3	Banco Inteligente e Autossuficiente para implementação no exterior, de acordo com o previsto no artigo 35.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
1.4	Papeleira Inteligente para Implementação no Exterior, de acordo com o previsto no artigo 36.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
1.5	Sistema de slots de entregas digitais, de acordo com o previsto no artigo 37.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
2.	Website e Aplicação Móvel do Bairro Comercial Digital, de acordo com o previsto no artigo 38.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
3.	Plataforma de Gestão Centralizada de Conteúdos, de acordo com o previsto no artigo 39.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
4.	Plataforma de Marketplace, de acordo com o previsto no artigo 40.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
5.	Plataforma de análise de comportamentos no Bairro, de acordo com o previsto no artigo 41.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
6.	Software Repositório Web e Realidade Aumentada, de acordo com o previsto no artigo 42.º do Caderno de Encargos.	Vg	1,00		
Valor Total da Proposta					

Aos preços acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor.

Preço unitário até 2 (duas) casas decimais.

O Valor Total da Proposta para o objeto do contrato, de acordo com o discriminado no caderno de encargos, do processo correspondente, é de \_\_\_\_\_ € (\_\_\_\_\_), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

... (local), ... (data), ... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## ANEXO VIII – GRELHA DA PROVA DE CONCEITO

(a que se refere a cláusula 22.ª do Programa de Concurso)

A Prova de Conceito avaliará a demonstração da solução proposta de acordo com o quadro seguinte:

MUPIS EXTERIORES INTERATIVOS			
#	REQUISITOS A VERIFICAR	DEMONSTRADO	
		SIM	NÃO
1	<b>Integração entre Plataforma Gestão Centralizada de Conteúdos e Mupis:</b>  O concorrente deve demonstrar como a solução de Mupis está integrada com a Plataforma de Gestão Centralizada de Conteúdos, nomeadamente através da partilha de conteúdos que são inseridos na Plataforma de Gestão Centralizada de Conteúdos e mostrados no Mupis.		
2	<b>Momentos de Inatividade do Ecrã:</b>  O concorrente deverá mostrar que quando não existe interatividade no ecrã, este possa mostrar uma mensagem, uma galeria de vídeos e uma galeria de imagens.		
3	<b>Pontos de Interesse em mapa interativo:</b>  O concorrente deve demonstrar que o mupi possibilita mostrar pontos de interesse ou outra informação geográfica em mapa interativo.		
4	<b>Menu personalizável:</b>  Será necessário demonstrar que em backoffice se consiga acrescentar, remover ou organizar itens do menu dos Mupis.		
WEBSITE E APLICAÇÃO MÓVEL DO BAIRRO COMERCIAL DIGITAL			
#	REQUISITOS A VERIFICAR	DEMONSTRADO	
		SIM	NÃO
1	<b>Homepage Modular:</b>  O concorrente deverá demonstrar que o website possui uma homepage modular com a demonstração dos vários módulos.		

2	<b>Disponibilização de acessibilidade e usabilidade:</b> O concorrente deve demonstrar que o website possui ferramentas de acessibilidade e usabilidade, nomeadamente: aumentar e diminuir o tamanho de letra; realçar ligações, navegação por teclado; sublinhar ligações; colocar o website em tons de cinza; limpar os cookies; inverter cores; remover estilos.		
3	<b>Subscrição de Newsletter:</b> O concorrente deverá conseguir demonstrar que o utilizador pode subscrever newsletter e que em qualquer email recebido via newsletter pode anular a subscrição e editar as listas subscritas do serviço de newsletter.		
4	<b>Microsites:</b> O concorrente deverá conseguir demonstrar que é possível criar microsites de forma autónoma na solução, sem necessidade de intervenção de terceiros.		
<b>PLATAFORMA DE GESTÃO CENTRALIZADA DE CONTEÚDOS</b>			
#	REQUISITOS A VERIFICAR	DEMONSTRADO	
		SIM	NÃO
1	<b>Agendamento de conteúdos:</b> Demonstra o agendamento da publicação por dia e hora e remoção de conteúdo		
2	<b>Recortes automáticos nas imagens:</b> Demonstra a possibilidade de efetuar recortes automáticos nas imagens consoante o local onde a mesma é aplicada, reutilizando a mesma imagem com recortes distintos de forma a otimizar os recursos de infraestrutura		
3	<b>Edição de imagens:</b> Demonstra que é possível efetuar a edição de imagens de pelo menos ajuste de tamanho, resolução, dimensões e ajustes de cor, sem sair da solução		
4	<b>Gestão de Formulários:</b> Demonstrar que permite a gestão de formulários sem limitação de campos e com recurso a motor gráfico de criação com a tecnologia arrasta&larga		

5	<b>Gestão de Formulários:</b>  Demonstrar que é possível ter validação de campos com base na utilização de expressões regulares e ter logica condicional entre campos do formulário		
6	<b>Pré-visualização de conteúdos:</b>  Demonstrar que é possível pré-visualizar o conteúdo antes da publicação do mesmo		
7	<b>Registo de Atividade:</b>  Demonstrar que faz o registo de toda a atividade dos utilizadores para ficheiros de logs e possibilidade de consultar na solução por utilizadores com permissão para tal, garantindo assim o registo de quem fez todas as alterações		
8	<b>Solução Modular e Escalável:</b>  Demonstrar que a solução é modular e escalável, baseada em módulos ou plugins, de forma que a solução seja evolutiva ou atualizável sem a necessidade de interrupção de outras componentes		
9	<b>Newsletters:</b>  Demonstrar que a solução possui um sistema integrado de gestão e envio de newsletters completo, possibilitando assim gerir toda a componente de newsletters do Bairro no mesmo sistema, possibilitando para isso: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de formulários de subscrição de newsletters em conformidade com o novo Regime Geral de Proteção de Dados;</li> <li>• Configuração de dupla validação (email de confirmação dos dados inseridos) para que uma subscrição seja validada;</li> <li>• Gestão de um número ilimitado de listas de subscritores e de segmentos de envios de newsletters;</li> <li>• Em todas as newsletters a possibilidade de o subscritor editar os seus dados e as listas subscritas ou cancelar por completo a subscrição;</li> <li>• Importação e exportação de listas de subscritores em CSV;</li> </ul>		



**PRR**  
Plano de Recuperação  
e Resiliência



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motor gráfico de construção de newsletters com a reutilização de conteúdos previamente inseridos na solução ou a inserção de conteúdos de forma manual;</li> <li>• Gestão de templates sem limitação de número, de forma a poder ter templates diferentes para cada tipologia de newsletter;</li> <li>• Envio de newsletters através da solução sem utilização de ferramentas externas ou necessidade de sair da solução;</li> <li>• Capacidade de gestão de subscritores.</li> </ul>		
<b>SOLUÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA MOBILIDADE</b>			
#	REQUISITOS A VERIFICAR	DEMONSTRADO	
		SIM	NÃO
1	Relativamente ao acesso à plataforma, demonstrar o acesso via endereço web, utilizador e password.		
2	Demonstrar as áreas de utilizador de administrador, e não administrador, especificando as diferenças de funcionalidades e permissões.		
3	<p>Integração de dados úteis <i>open source</i>:</p> <p>(i) Demonstrar a funcionalidade de integração carregando dados de distribuição da população dos censos 2021 (INE);</p> <p>(ii) Demonstrar a possibilidade de carregar dados via frontend da plataforma sem a autenticação com perfil de utilizador administrador;</p> <p>(iii) Demonstrar o carregamento de outras fontes de dados abertos.</p>		
4	<p>Carregamento automático na plataforma:</p> <p>Carregar, na base de dados que alimenta automaticamente a plataforma, o último dia de dados disponível anterior à prova de conceito técnica.</p> <p>Pretende-se que o carregamento automático seja executado durante a demonstração.</p>		
5	Demonstrar qual a fonte de dados e periodicidade de		

	atualização.		
6	Demonstrar como são obtidos os valores para as contagens de mobilidade.		
7	Contagem de pessoas por secção estatística:  Demonstrar “quem” esteve no concelho em 4 períodos do dia: (1) das 06:00 às 12:00; (2) 12:00 às 14:00; (3) 14:00 às 19:00; (4) 19:00 às 00:00, nos últimos 5 dias anteriores à realização da prova de conceito.		
8	Demonstrar a funcionalidade de visualização em vídeo, através de informações de dinâmicas de mobilidade, com dados de contagens de nacionais e estrangeiros, por dia e por secção estatística.		
9	Análise dos fluxos de movimentação de indivíduos através da visualização, na plataforma, de matrizes origem-destino com granularidade espacial e granularidade temporal ao bloco horário (i.e., (1) das 06:00 às 12:00; (2) 12:00 às 14:00; (3) 14:00 às 19:00; (4) 19:00 às 00:00, (5) 00:00 às 06:00)		
10	Mapa:  Demonstrar o mapa de contexto pré-carregado e as opções de visualização Satélite ou Híbrida.		
11	Tipologia do Mapa:  Demonstrar mapa de contexto OSM (OpenStreetMap) ou similar.		
12	Zoom:  Comprovar a possibilidade de ajustar o zoom.		
13	Lista de informação:  Demonstrar a possibilidade de ser visualizada uma lista de camadas de informação disponíveis para análise.		
14	Demonstrar a possibilidade de personalizar visualmente a camada adicionada na área de trabalho.		
15	Demonstrar que a plataforma permite cruzar dados de fontes distintas, gravando os resultados em análises e permitindo a sua partilha:  (i) com outros utilizadores registados na plataforma ou por		



**PRR**  
Plano de Recuperação  
e Resiliência



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

	(ii) exportação de ficheiro com resultados.		
16	Acesso e conjugação da informação por perfil de utilizador não administrador:  Demonstrar o acesso à tabela de informação associada a cada camada de informação, com controlo dos campos visíveis a cada utilização e exportar.		
17	Criação de novas camadas:  Demonstrar que é possível criar camadas de informação de pontos, linhas e áreas.		
18	Consola de operações:  (i) Demonstrar que o perfil não administrador consegue efetuar filtragem de elementos de uma camada por atributo, por relações espaciais entre camadas ou por combinação de ambas.  (ii) Demonstrar a possibilidade de criar colunas com dados resultantes de cálculos aritméticos, e de criar colunas com base numa relação geográfica entre diferentes camadas.  (iii) Realizar uma demonstração do número de pessoas afetadas por uma ocorrência num raio a definir (em metros).		
19	Normalizar atributos:  Demonstrar a aplicação de fórmula matemática que remove unidades de medida de dados.		
20	Calcular quantas pessoas poderiam ser afetadas por uma ocorrência na via pública (em raios de 250, 500 e 1000 metros), permitindo estimar o impacto em diferentes áreas ao redor do local e ajudando a definir a melhor forma de comunicar e gerir a situação para minimizar os transtornos para a população		
21	Demonstrar a integração entre a plataforma de gestão de mobilidade e a plataforma de gestão de conteúdos através da disponibilização de informação automática no painel Led e mupi.		

MARKETPLACE			
#	REQUISITOS A VERIFICAR	DEMONSTRADO	
		SIM	NÃO
1	<p>(i) Demonstrar a possibilidade de reservar um serviço (ex. restauração, cabeleireiros, estética e onde aplicável) diretamente no marketplace sem ser reencaminhado para um url externo.</p> <p>(ii) Demonstrar a possibilidade de cancelamento da reserva pelo cliente, sendo visível no portal do comerciante o cancelamento dessa reserva bem como o histórico de alterações da reserva</p>		
2	Demonstrar a possibilidade de diferentes serviços terem horários distintos para reservas online, bem como diferentes formatos de reserva (reserva sujeita a confirmação, reserva automaticamente confirmada, reserva com escolha de vários horários). Esta possibilidade deve ser apresentada tanto na perspetiva do utilizador como na do comerciante para cada um dos tipos de reserva		
3	<p>Portal de comerciante: Demonstrar a possibilidade de</p> <p>(i) editar a vista “Mapa de mesas”</p> <p>(ii) adicionar reservas diretamente no mapa de mesas</p> <p>(iii) ver a previsão de ocupação em determinado horário e dia</p>		
4	Demonstrar na pesquisa no marketplace o histórico de últimas pesquisas para utilizadores logados		
5	Portal de comerciante: Demonstrar a possibilidade de bloquear reservas online para determinado horário, dia ou período temporal. Este bloqueio deve ser demonstrado no Marketplace.		

6	Portal de comerciante: Demonstrar que os menus e algumas páginas se adaptam conforme o setor do comerciante, de modo a adaptar-se a cada tipo de negócio.		
7	Demonstrar procedimentos relativamente a pagamentos e integração manual/automática com 2 softwares usados por comerciantes.		
8	Demonstrar a possibilidade de atualização de stock físico de cada negócio e possibilidade de integração manual/automática com 2 softwares usados por comerciantes.		

## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO PRAZO EXECUÇÃO

(a que se refere a cláusula 15.ª do Programa de Concurso)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, que o prazo que propõe para a instalação (disponibilização e configuração das soluções) de todos os equipamentos e serviços é de \_\_\_\_\_ dias.

... (local), ... (data), ... [assinatura (2)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO HORAS ACOMPANHAMENTO

(a que se refere a cláusula 15.ª do Programa de Concurso)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, que as horas que propõe para o acompanhamento e implementação do Marketplace junto dos comerciantes e gestor de bairro é de \_\_\_\_\_ horas.

... (local), ... (data), ... [assinatura (2)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.